

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos e tratados que seguidamente serão objecto de análise e discussão dividir-se-ão em duas etapas distintas. Uma primeira etapa que diz respeito à discussão da análise descritiva das variáveis e uma segunda etapa relativa à discussão da análise estatística inferencial. O principal objectivo deste capítulo é discutir os resultados anteriormente apresentados numa lógica coerente com a problematização e as questões fundamentais do nosso estudo, estabelecendo associações com outros estudos analisados no Capítulo II – Revisão da Literatura.

Com base nos dados da literatura, pudemos apurar que os estudantes universitários de Educação Física, em geral, apresentam atitudes positivas face à inclusão de alunos com deficiência. Esta afirmação é suportada pelos resultados obtidos nos estudos realizados por Wilczenski (1993) e por Reber et al. (1995). No caso concreto do nosso estudo, verificamos que os resultados estão de acordo com os estudos referidos anteriormente, pois os estudantes da nossa amostra evidenciaram atitudes favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares. Este resultado vem de encontro à hipótese 1 por nós estabelecida, que conjectura que os futuros professores de Educação Física têm uma atitude favorável perante a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares e, portanto a hipótese 1 foi aceite. No entanto, apesar de este estudo não permitir a comparação entre estudantes de outros cursos, Folsom Meek et al. (1999) citam que os estudantes finalistas de outros cursos tinham atitudes mais positivas perante alunos com deficiência que os estudantes finalistas de EF.

Relativamente à influência do género nas atitudes dos futuros professores, podemos identificar vários estudos que dão um relevo especial a esta variável, considerando existir uma tendência para os indivíduos do género feminino apresentarem uma maior tolerância e expressarem atitudes mais favoráveis perante alunos com deficiência que os seus pares masculinos. O estudo realizado por Hodge (1988) conclui que o género e experiência prévia no ensino de alunos com deficiência também influenciavam as atitudes dos estagiários. Hodge (1998) registou ainda que os indivíduos do género feminino com experiência prévia no ensino destes alunos também

apresentavam atitudes mais positivas do que os indivíduos do género masculino e feminino sem experiência. Também num estudo desenvolvido por Folsom Meek et al. (1999) registaram que estudantes finalistas do género feminino tiveram atitudes mais positivas que os estudantes do género masculino face ao ensino de alunos com deficiência. Num outro estudo elaborado por Hodge e Jansma (2000), foram registadas duas conclusões significativas, relativamente a esta variável. A primeira conclusão expôs que estudantes finalistas do género feminino com experiência prévia no ensino destes alunos revelaram atitudes mais positivas que os seus pares masculinos (com ou sem experiência) e os seus pares femininos sem experiência. A segunda conclusão apurou que o nível de “conforto percebido” no ensino por condição de deficiência das estudantes finalistas era significativamente mais alto que o dos seus pares masculinos perante o ensino de alunos com deficiência física. O nosso estudo contraria as conclusões retiradas pelos autores citados anteriormente, uma vez que não se observam diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino e feminino quanto às atitudes dos futuros professores face à inclusão de alunos com deficiência. Por conseguinte, a hipótese dois, fundamentada na presunção de que os futuros professores do género feminino possuem atitudes mais favoráveis que os futuros professores do género masculino face à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares, foi rejeitada.

No que respeita à variável ano de frequência da licenciatura, autores como Wilczenski (1993) relatam que enquanto os estudantes, em geral, apresentavam atitudes positivas perante a inclusão, os alunos de anos mais avançados obtinham resultados superiores em relação aos seus pares principiantes. Um outro estudo realizado por Rizzo e Kirkendall (1995) expõe que a idade e o ano lectivo que os estudantes universitários frequentavam no curso influenciava a aproximação a alunos com distúrbios de comportamento. A nossa hipótese 3, formulada de acordo com o observado por estes autores, não é aceite, uma vez que os nossos resultados não mostraram diferenças estatisticamente significativas entre estudantes dos 1º, 2º e 3º anos.

Quanto ao estudo das variáveis Formação Curricular no âmbito da Actividade Física Adaptada e Formação extracurricular em Actividade Física Adaptada, encontramos diversos autores com observações formuladas no sentido de que a formação curricular ou extracurricular influenciam positivamente as atitudes face à inclusão de alunos com deficiência. O estudo de Rizzo e Vispoel (1992) que foi elaborado para determinar a influência de duas disciplinas específicas no mesmo curso

de EF (Actividade Física Adaptada e Educação Física para Crianças) em estagiários perante crianças sinalizadas com deficiência intelectual, distúrbios de comportamento e dificuldades de aprendizagem, mostrou que os estagiários que tinham frequentado a formação na disciplina de Actividade Física Adaptada tinham melhorado significativamente as suas atitudes, ao contrário dos seus pares que tinham frequentado a disciplina de Educação Física para Crianças. Esta conclusão também foi apresentada por Wilczenski (1993) onde citava que o sucesso da inclusão de crianças com NEE nas actividades lectivas regulares depende de uma intensa preparação que os estagiários poderão receber durante a sua formação. Hodge (1998) revela que os futuros professores que frequentaram formações no âmbito da Actividade Física Adaptada apresentavam atitudes mais positivas perante alunos com deficiência. Um outro estudo elaborado por Hodge e Jansma (1999) aponta que a formação no terreno, ou seja, em contacto com crianças com NEE, assim como a formação teórica revelam evolução nas atitudes positivas face à inclusão. Contudo, a formação no terreno evidencia uma maior evolução e eficácia nas atitudes dos futuros professores.

Com base na literatura que foi mencionada, as atitudes dos futuros professores face ao ensino de alunos com deficiência têm sido explorados extensivamente e conduzidas no sentido de observar as atitudes, a principal variável dependente do nosso estudo. A formação e os estágios no terreno são importantes na viabilização de atitudes favoráveis por parte dos futuros professores quando se confrontarem, nas aulas de EF, com esta realidade. Os estudos anteriormente mencionados indicam que orientações nas disciplinas no âmbito da Actividade Física Adaptada complementadas com um estágio no terreno integrado no curso podem promover atitudes positivas, auxiliando o modo como o professor posteriormente encara estes alunos e trabalha com eles (Folsom-Meek et al., 2000; Hodge, 1998; Hodge & Jansma, 1998, 1999; Patrick, 1987; Rizzo & Vispoel, 1992; Rowe & Sttuts, 1987; Stewart, 1990).

Existe um consenso generalizado de que as universidades com os seus currículos tradicionais, embora aumentem os conhecimentos teóricos, têm um impacto muito reduzido nas atitudes face à deficiência (Forlin et al., 1999b; Hastings et al., 1996; Tait & Purdie, 2000). Nem o contacto directo com alunos com deficiência leva a uma mudança favorável nas atitudes e certamente não vai alterar este cenário de forma acentuada (Rees, Spreen e Harnadek, 1991). Contudo, o nível de contacto tem surgido como um factor determinante para criar atitudes positivas face à deficiência (Forlin et al., 1999a; Gregory, 1997; Hastings et al., 1996). Vários estudos têm indicado que a

forma mais adequada de alterar as atitudes num sentido mais favorável está em saber conciliar no currículo dos cursos o conhecimento teórico e formal com o saber prático e estruturado do contacto directo com alunos com deficiência (Ford, Pugach & Otis-Wilborn, 2001; Mayhew, 1994; Rees et al., 1991; Westwood, 1994), de forma que estes se interliguem e proporcionem uma aprendizagem mais experimental, formando professores capazes de dar respostas efectivas e positivas a estes alunos. Os nossos resultados mostram-se discordantes com os resultados dos estudos apresentados anteriormente, uma vez que não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a formação e as atitudes dos futuros professores face à inclusão de alunos com deficiência. Desta forma, as hipóteses 4 e 5 são rejeitadas, uma vez que supõem que os futuros professores que já frequentaram disciplinas curriculares ou formação extracurricular no âmbito da Actividade Física Adaptada possuem atitudes mais favoráveis perante a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares comparativamente aos futuros professores que ainda não frequentaram estas disciplinas ou formações.

No que respeita ao estudo da variável experiência, deparamo-nos com vários autores cujas observações apontam no sentido de que a experiência, à semelhança da variável formação, também influencia positivamente as atitudes dos futuros professores face à deficiência. Reber et al. (1995) consideram que as atitudes dos estagiários são influenciadas pela experiência que adquirem. No seu estudo, os autores relatam que os estagiários que participaram num estágio prático no ensino de crianças com NEE demonstraram atitudes significativamente mais positivas do que aqueles que frequentaram apenas um curso generalista sobre alunos com NEE ou dos que frequentaram um programa autodidacta que os preparava para a realização de um teste de Educação Especial. Embora o contacto com alunos com NEE dentro de um estágio prático estruturado possa ser importante no desenvolvimento de atitudes positivas dos estagiários (Reber et al., 1995), existem situações em que o contacto com alunos com NEE durante o estágio resulta em atitudes negativas e, por esse motivo, os autores recomendam fortemente que o estágio prático deva ser “uma intervenção planeada e sistematizada” (p. 9). Rizzo e Kirkendall (1995) concluíram que os futuros professores com experiência no ensino de alunos com deficiência foram os que tiveram as atitudes mais positivas perante os alunos com deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Um outro estudo realizado por Folsom-Meek et al. (1995b) para determinar as relações entre os conhecimentos dos estagiários e as suas atitudes perante

os alunos com deficiência, revelou que os estagiários com notas mais elevadas ao longo do curso e experiência no terreno adquirida durante a licenciatura tinham tido atitudes mais positivas perante alunos com deficiência. Uma conclusão semelhante também foi apresentada por Hodge (1998), onde salientou que o género e a experiência prévia no ensino de alunos com deficiência também influenciam as atitudes dos estagiários. Hodge (1998) registou ainda que os indivíduos do género feminino com experiência prévia no ensino destes alunos também apresentaram atitudes mais positivas do que os indivíduos do género masculino e feminino sem experiência. Folsom Meek et al. (1999) verificaram que estudantes finalistas com experiência prévia no ensino de alunos com deficiência também tiveram atitudes mais positivas, o que comprova a importância de estágios práticos integrados nos cursos de Educação Física. Estes resultados suportam as pesquisas elaboradas por Hodge (1998). Hodge e Jansma (2000) registadas duas conclusões significativas. A primeira conclusão expôs que estudantes finalistas do género feminino com experiência prévia no ensino destes alunos revelaram atitudes mais positivas que os seus pares masculinos (com ou sem experiência) e os seus pares femininos sem experiência. A segunda conclusão atestou que estudantes finalistas com experiência prévia também demonstraram atitudes mais positivas perante alunos com deficiências sensoriais e físicas. Contudo, Downs e Williams (1994), não encontram correlações significativas entre a experiência com alunos com NEE e as atitudes dos futuros professores face à inclusão destes alunos em classes regulares. Surpreendentemente, verifica-se que o contacto social pode promover atitudes pouco favoráveis. Os autores identificaram que indivíduos que tinham contacto prévio com alunos com deficiência, tinham atitudes menos positivas do que aqueles que tinham este contacto pela primeira vez. Os resultados por nós recolhidos quanto à variável experiência, mostram-se concordantes com o estudo de Downs e Williams (1994), que não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a variável experiência e as atitudes dos futuros professores face à inclusão de alunos com deficiência. Sendo assim, a nossa hipótese 6 é rejeitada, uma vez que previa que os futuros professores que já tinham alguma experiência no ensino de alunos com deficiência possuíam atitudes mais favoráveis perante estes alunos, comparativamente aos futuros professores sem experiência. Porém, gostaríamos de deixar aqui uma ressalva que julgamos ser pertinente. Além do grupo de futuros professores com experiência no ensino de alunos com deficiência ser reduzido, verifica-se também que o tempo de contacto deste grupo

com alunos com deficiência é consideravelmente diminuto, onde somente 1,3% da amostra possui mais de um ano de experiência no ensino destes alunos.

Relativamente ao estudo da variável familiar ou pessoa conhecida com deficiência, não foram registados estudos que abordassem esta variável na revisão de literatura. Porém, achámos que seria pertinente considerar a apresentação desta variável, uma vez que poderia influenciar as atitudes dos futuros professores face à inclusão de alunos com deficiência. Através da análise dos dados pudemos apurar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de estudantes com e sem familiares ou conhecidos com deficiência, pelo que a hipótese 7, que presume que os futuros professores de Educação Física que têm familiares ou conhecem alguém com deficiência apresentam atitudes mais favoráveis face ao ensino de alunos com deficiência, é rejeitada.

No que se refere ao estudo da variável competência percebida, diversos estudos apontam no sentido de que os indivíduos que se sentem muito competentes ou com alguma competência face ao ensino de alunos com deficiência têm uma atitude mais favorável comparativamente com os indivíduos que se sentem nada competentes, ou seja, que a competência influencia positivamente as atitudes. Os resultados do estudo de Rizzo e Kirkendall (1995) assim o atestam, quando é referido que os futuros professores com um nível de competência percebida mais elevada foram os que tiveram as atitudes mais positivas perante os alunos com deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Rizzo e Kowalski (1996) também concluíram que os indivíduos com competência percebida mais elevada tinham atitudes mais positivas no ensino destes alunos. A hipótese 8 por nós formulada pressupunha, de acordo com a literatura encontrada, que os indivíduos que afirmavam sentir-se muito competentes ou com alguma competência possuíam atitudes mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares comparativamente aos futuros indivíduos que se sentiam nada competentes. Os dados por nós recolhidos não demonstram que os indivíduos que se percebem com muita ou alguma competência possam ter atitudes mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência, comparativamente aos indivíduos que se percebem nada competentes, o que nos leva a rejeitar a hipótese 8.